

# A Parceria de Paz e Segurança na Estratégia Conjunta África-UE: Progressos e Desafios

Instituto da Defesa Nacional, Lisboa  
26 de Novembro de 2009

## RELATÓRIO

### Organização:



### Apoios:



Lisboa, Dezembro de 2009

## Índice:

---

	<i>Págs.</i>
Introdução .....	1
A. Contexto da Parceria Paz e Segurança .....	2
B. Resumo dos Debates .....	4
C. Anexos:	
Programa .....	14
Lista de Participantes .....	16
Contactos Internacionais .....	18
Documentação disponível .....	19

---

## Introdução

No dia 26 de Novembro de 2009 teve lugar uma mesa redonda dedicada à “Parceria de Paz e Segurança na Estratégia Conjunta África-UE: Progressos e Desafios”, cujo objectivo geral foi analisar quais os principais progressos, dificuldades e desafios para o futuro na implementação da Parceria sobre Paz & Segurança da [Estratégia Conjunta UE-África](#), tendo em conta a [revisão efectuada em Outubro de 2009](#) e as perspectivas para a III Cimeira entre os dois continentes, prevista para o segundo semestre de 2010.

Especificamente, este seminário pretendeu:

- I. Debater o lugar desta parceria na prevenção, gestão e resolução de conflitos em África, nomeadamente no que respeita à interacção com outros organismos internacionais, em particular as Nações Unidas;
- II. Avaliar os progressos e as perspectivas de futuro para a operacionalização da Arquitectura de Paz e Segurança Africana (APSA);
- III. Tirar conclusões sobre os contributos de Portugal e da CPLP para a implementação desta parceria.

A organização dos debates esteve dividida em duas partes. Durante a manhã, a organização coube ao IEEI e à [EARN - Europe-Africa Policy Research Network](#), uma rede de institutos europeus e africanos cujo objectivo é fornecer análises políticas independentes sobre os problemas e desafios comuns que se colocam ao relacionamento Europa-África, formulando propostas concretas para responder de forma mais eficaz e sustentável a esses desafios. A parte da tarde foi promovida pela [EuroDefense-Portugal](#), o [IDN](#) e o [Instituto Diplomático](#), centrando-se especificamente no contributo de Portugal e da [CPLP](#) para a Parceria de Paz e Segurança, no quadro da Estratégia Conjunta UE-África.

Os debates contaram com a participação de 10 institutos europeus e africanos, bem como de outras organizações internacionais consideradas relevantes para a temática abordada, como o [Kofi Annan International Peacekeeping Training Centre](#), no Gana, ou do [UN African Institute for Economic Development and Planning](#), no Senegal. Participaram ainda diversas entidades nacionais, estatais e da sociedade civil.

Na reunião foi igualmente lançado o Peace and Security Council Report, uma publicação do Institute for Security Studies (ISS), cuja edição de [Novembro de 2009](#) pode ser consultada.

## A. Contexto da Parceria sobre Paz e Segurança

A Estratégia Conjunta UE-África, aprovada pelos Chefes de Estado dos dois continentes em Dezembro de 2007, constitui inegavelmente um teste à vontade política, capacidades e interesses comuns das instituições Europeias e Africanas e respectivos Estados membros. O documento engloba três elementos principais: (i) um quadro político abrangente e uma arquitectura institucional adequada a uma nova parceria estratégica baseada no diálogo e em interesses coincidentes; (ii) um Plano de Acção conjunto constituído por oito parcerias temáticas<sup>1</sup> com objectivos definidos; (iii) os recursos financeiros, que constituem um factor crítico de sucesso para a implementação do Plano de Acção. Na 13ª reunião da Troika Ministerial África-UE, em Adis Abeba (14OUT09), os Ministros procederam à revisão de meio-termo (*Mid Term Review*) da Estratégia<sup>2</sup>, a qual foi também objecto de um *Joint Progress Report* em Novembro de 2008<sup>3</sup>.

No que respeita à Parceria Paz & Segurança, os trabalhos conjuntos têm prosseguido segundo três eixos estruturantes ou prioridades<sup>4</sup>, sendo especialmente de realçar os progressos alcançados no processo de operacionalização da Arquitectura de Paz e Segurança Africana: Desenvolvimento de capacidades da Força de Alerta Africana (*African Standby Force - ASF*), nas áreas de formação e treino do pessoal civil, polícia e militar da ASF e das estruturas político-militares da União Africana (UA) e das Organizações Sub-Regionais (OSR); no quadro do EuroRecamp<sup>5</sup>, o lançamento do ciclo Amani Africa tendo em vista a certificação da capacidade operacional da ASF; o apoio Europeu aos centros de formação/treino Africanos de elementos militares, civis e de polícia; e a melhoria das capacidades de prevenção de conflitos, através do desenvolvimento das componentes regionais do Sistema Continental de Alerta Precoce.

As avaliações e estudos efectuados realçam já, contudo, algumas dificuldades na implementação da parceria Paz & Segurança. Da parte Europeia, verificou-se uma posição passiva principalmente devido à falta de compreensão e interesse da problemática e à confusão inicial quanto à partilha de tarefas e de responsabilidades e à “luta” pela liderança do processo entre os Estados membros, a Comissão Europeia e o Secretariado-Geral do Conselho. No entanto, o estabelecimento da Delegação da UE junto da UA em Adis Abeba, por se tratar de uma estrutura “double-hatted” (1º e 2º pilares), evidencia já um sério compromisso no sentido do reforço da coerência a nível da UE. Do lado Africano, os principais problemas residem na prevalência da falta de capacidades para cobrir o enorme fosso que separa a realidade africana da elevada ambição da Estratégia, na falta de consenso entre a Comissão da UA e as Organizações Sub-Regionais, nas diferentes percepções e interpretações culturais quanto ao princípio de apropriação, quanto ao desenvolvimento do conceito de “*treating Africa as one*” e no aparente desconhecimento e não envolvimento dos cidadãos na Estratégia Conjunta.

Uma das questões essenciais e determinantes para o sucesso da Parceria reside no seu financiamento, não existindo ainda indicações claras ou algum instrumento financeiro especificamente desenhado para a Estratégia Conjunta, nomeadamente no que concerne ao reforço da capacidade africana para planear e conduzir operações de apoio à paz. Neste contexto, não está

<sup>1</sup> As oito parcerias temáticas são: Paz e Segurança; Governação Democrática e Direitos Humanos; Comércio e Integração Regional; Desenvolvimentos dos Objectivos do Milénio; Energia; Alterações Climáticas; Migrações, Mobilidade e Emprego; Ciência, Sociedade de Informação e Espaço.

<sup>2</sup> [http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/jaes\\_assessment\\_report\\_20091010\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/jaes_assessment_report_20091010_en.pdf)

<sup>3</sup> Joint Progress Report on the implementation of the Africa-EU Joint Strategy and its first Action Plan, Africa-EU Ministerial Troika, Addis Ababa (20-21 November 2008), Disponível em: [http://www.africa-union.org/root/au/Conferences/2008/november/au\\_eu/final%20documents/2008%2011%2021%20Joint%20Progress%20Report%20Final%20clean.doc](http://www.africa-union.org/root/au/Conferences/2008/november/au_eu/final%20documents/2008%2011%2021%20Joint%20Progress%20Report%20Final%20clean.doc)

<sup>4</sup> (i) Reforço do diálogo político e suas relações com as organizações sub-regionais africanas sobre os desafios para a paz e segurança; (ii) Operacionalização da Arquitectura de Paz e Segurança Africana; (iii) Financiamento das Operações de Manutenção da Paz conduzidas pela União Africana

<sup>5</sup> “EuroRecamp” é o instrumento do apoio Europeu para a condução do ciclo de formação/treino de nível estratégico.

claro se os instrumentos e mecanismos existentes, nomeadamente o “*African Peace Facility*” (cuja renovação foi aprovada em Fevereiro de 2009) e o “*Instrumento de Estabilidade*”, dispõem de flexibilidade suficiente para responderem às exigências de sustentabilidade de longo prazo das iniciativas. Contudo, com base no relatório UA/ONU (Relatório Prodi) continuam as discussões sobre o possível estabelecimento de um mecanismo de financiamento flexível e sustentável das operações de apoio à paz conduzidas pela UA.

No geral, existem três níveis de desafios que se colocam à Parceria Paz & Segurança, particularmente para os actores africanos:

- *desafios do contexto externo*: a natureza multifacetada dos conflitos prevalentes no continente africano, a necessidade de resposta a problemas comuns como o terrorismo ou o crime organizado, a dominação de uma perspectiva de segurança assente nos Estados mais do que nas pessoas, entre outros. Neste contexto, seria útil uma reflexão sobre se a Arquitectura de Paz e Segurança Africana, actualmente em formação, responde de forma efectiva às ameaças e desafios que o continente enfrenta neste âmbito.
- *desafios operacionais*: falta de capacidade das estruturas africanas a vários níveis, inexistência de um financiamento sustentável e previsível, falta de coordenação com as comunidades regionais (entendimentos políticos diversos). A este respeito, os debates tendem a centrar-se em aspectos organizacionais e administrativos, descurando um aspecto fulcral: como traduzir as ambições da UA num conjunto de políticas efectivas, que reflectam os “interesses comuns” africanos e estejam adaptadas às necessidades do continente.
- *dimensões internacionais*: questão da participação africana nos organismos internacionais que tratam das questões de segurança; necessidade de maior colaboração com parceiros internacionais, de forma a construir parcerias estratégicas e promover a existência de compromisso de longo prazo na reconstrução das nações em situação de pós-conflito. Nomeadamente, coloca-se o desafio político de equilibrar interesses e combinar abordagens de diferentes actores (Estados Membros da UA, Comunidades Regionais, vários doadores), sendo particularmente importante uma maior coordenação com a actuação das Nações Unidas.

O ano de 2010 será crucial para a implementação da Parceria: a Força de Alerta Africana (ASF) deverá estar operacional em Junho) e estamos num momento interessante de desenvolvimento de algumas iniciativas concretas (Amani África/Euro Recamp e Apoio aos Centros de Formação Africanos/Formação de elementos civis e de polícia), para podermos avaliar até onde foi possível implementar este ambicioso projecto.

Por outro lado, o papel de Portugal e da CPLP na Parceria Paz & Segurança está ainda, em grande medida, por analisar e debater. A última reunião dos Ministros da Defesa da CPLP, que teve lugar em Luanda em 26/28 de Maio passado, debruçou-se sobre o impulso a dar à implementação de “centros de excelência” de formação de formadores, na área de operações de apoio à paz, com base na experiência adquirida e nas melhores práticas dos países da CPLP. Foi então afirmado tratar-se de um salto estratégico na área da Defesa para a CPLP, que poderá permitir que esta se assuma como um produtor de capacitação na área de segurança, em concomitância com os objectivos da Estratégia Conjunta África-UE, nomeadamente no que se refere ao reforço de capacidades da Força de Alerta Africana (ASF).

A III Cimeira África-UE, a ter lugar em 2010, avaliará os resultados políticos e operacionais alcançados no período de 2008-2010, dará orientações políticas sobre a forma de prosseguir e preparará o Plano de Acção 2011-2013. Os próximos meses serão cruciais para determinar se o futuro das relações África-UE será, pelo menos em parte, definido pela Estratégia Conjunta e pelos princípios que esta defende (apropriação mútua, diálogo político e concertação de interesses coincidentes).

## B. Resumo dos Debates<sup>6</sup>

### 1. A Estratégia Conjunta

A Estratégia Conjunta África-UE nasceu do reconhecimento de que era necessária uma alteração nas relações entre os dois continentes. Este instrumento pretende lançar um novo nível e quadro desse relacionamento, no sentido de construção de uma parceria mais equitativa e de um diálogo mais político, que permita trabalhar em conjunto sobre questões de interesse comum. O enfoque numa parceria equitativa não significa que as partes são similares em termos de poder, recursos ou capacidades, mas sim que reconhecem a sua igualdade de responsabilidades na gestão de desafios globais e regionais.

Nesta perspectiva, é importante documentar os resultados deste instrumento e analisar se existe vontade política das partes em avançar para um diálogo mais estratégico, com a identificação e discussão de interesses partilhados que possam gerar posições comuns nos fora internacionais. Por enquanto, os diálogos têm-se desenvolvido principalmente ao nível técnico e grande parte das discussões centram-se no que a Europa pode fazer para ajudar África, mais do que em questões de interesse global que afectem ambos os continentes.

Após dois anos de implementação, salienta-se como aspecto positivo a criação de uma “arquitectura” da Estratégia, mas permanecem desafios importantes que são transversais às 8 parcerias temáticas: qual a mais valia da Estratégia conjunta face a outros instrumentos de cooperação, quer de outros actores internacionais, quer da própria UE? Qual o grau de apropriação da Estratégia por parte dos africanos, quando verificamos uma grande falta de conhecimento deste instrumento e também uma insuficiente participação da sociedade civil? Quais os caminhos para mitigar e ultrapassar a actual disparidade de capacidades, que dificulta a existência de uma verdadeira parceria?

### 2. A Relevância da Parceria sobre Paz e Segurança

A Parceria sobre Paz e Segurança tem sido considerada como a mais bem sucedida das oito parcerias temáticas da Estratégia Conjunta África-UE. Conceptualmente, as prioridades desta parceria estão adequadas a três desafios principais aos quais se propõe dar resposta: (i) ao nível conceptual e estratégico, melhorar o diálogo político entre os dois continentes sobre as prioridades e perspectivas das duas partes, (ii) ao nível da operacionalização, dar um contributo importante para a implementação de uma arquitectura de paz e segurança africana, apoiando a parte africana a superar os seus problemas em termos de capacidade, e (iii) no plano do financiamento, tentar assegurar a sustentabilidade financeira das operações de paz em África.

Os **avanços positivos** durante estes dois anos de implementação devem ser realçados, particularmente no que respeita à construção e operacionalização de uma arquitectura de paz e segurança africana (APSA). Salienta-se: o processo de desenvolvimento de capacidades da Força de

---

<sup>6</sup> O resumo dos debates foi feito tendo em conta o conteúdo dos papers elaborados para o seminário, as apresentações realizadas e a discussão durante as sessões.

Alerta Africana (*African Standby Force - ASF*); as áreas de formação e treino do pessoal civil, polícia e militar da ASF e das estruturas político-militares da União Africana (UA) e das Organizações Sub-Regionais (OSR)<sup>7</sup>; o EURO-Recamp e o lançamento do ciclo de exercícios “Amani África” tendo em vista a certificação da capacidade operacional da ASF; o apoio europeu aos centros de formação/treino africanos; e o desenvolvimento das componentes regionais do Sistema Continental de Alerta Precoce (*early-warning*).

A União Africana (UA) reconhece a utilidade da UE como parceiro externo no apoio à resposta africana em situações de conflito e pós-conflito em África, bem como o seu papel fundamental no reforço das capacidades da UA (o que corresponde a uma prioridade da própria UE). Com efeito, a UE é o maior financiador da Arquitectura de Paz e Segurança Africana, através da Facilidade de Paz para África, que tem contribuído de forma decisiva para a prossecução de missões de paz no continente.

Salientam-se, igualmente, os progressos na intensificação dos contactos de alto nível e na criação e/ou reforço do diálogo entre órgãos africanos e europeus de segurança e defesa. A institucionalização de uma “**arquitectura de diálogo**”, tanto ao nível dos Grupos de Peritos (Joint Expert Groups - JEG) como as reuniões anuais entre o EU COPS<sup>8</sup> e o UA PSC<sup>9</sup>, são passos positivos para fomentar uma interacção regular.

Por um lado, a existência de grupos de trabalho criaram uma dinâmica interessante entre os próprios actores africanos, uma vez que **exige uma concertação de posições** para dialogarem com a parte europeia. Embora isto seja um aspecto comum entre os actores da UE há já bastante tempo, é algo bastante recente no processo de integração africana e positivo para impulsionar a formulação de políticas e posições comuns entre os Estados Africanos.

Por outro lado, a criação de um **serviço de acção externa na UE e a abertura de uma delegação *double-hatted* junto da UA** revelou-se muito positiva para o reforço e proximidade de diálogo UE-UA e teve já resultados práticos em termos de resposta, como se verificou no caso do Malawi antes das eleições de 2009. É importante salientar os exemplos, cada vez mais recorrentes, em que as posições da UE seguem e reforçam as posições africanas, como foi o caso da Mauritânia ou da Guiné-Conakri. Estes elementos significam que a Estratégia Conjunta também contribui para reforçar o próprio processo de integração europeia e o papel da UE como actor político global.

Sendo a APSA um **empreendimento tão ambicioso**, existe igualmente muito trabalho a fazer. Em primeiro lugar, é provável que a força de alerta africana só tenha todos os seus componentes e brigadas operacionais por volta de 2015 (incluindo as componentes civis e policiais). A expectativa da UA em ter um centro estratégico por cada sub-região, assim como um centro operacional e um centro táctico, é complicada por não ser possível vir a ter todos com o mesmo nível de operacionalidade e capacidade. Segundo, as modalidades de funcionamento do Sistema de Alerta Precoce ainda se encontram em construção e existem questões importantes relativamente à sobreposição e coordenação com os serviços de *intelligence*. A disparidade entre as regiões africanas é uma realidade: enquanto o sistema da África Ocidental se encontra em franco desenvolvimento, o da África Central tem ainda de passar por um processo mais elaborado e intenso, o sistema da África Austral inclui dificuldades extras por abranger o tratamento de fontes classificadas, e tanto o Norte de África como o IGAD na África Oriental estão em fase embrionária. Terceiro, o Painel de Sábios tem funcionado com o objectivo de mediar e prever a escalada de

---

<sup>7</sup> As cinco organizações sub-regionais que compõem a arquitectura de paz e segurança africana são a UMA (União Do Magreb Árabe) no Norte de África, a CEAC (Comunidade de Estados da África Central), o IGAD (Intergovernmental Authority on Development) na África Oriental, a SADC (Southern Africa Development Community) na África Austral e a CEDEAO (Comunidade de Estados da África Ocidental).

<sup>8</sup> Comité Político e de Segurança da União Europeia.

<sup>9</sup> Conselho de Paz e de Segurança da União Africana.

conflitos, mas na prática tem sido um órgão marginalizado pela Comissão da União Africana (CUA)<sup>10</sup>. Por último, o Fundo para a Paz<sup>11</sup> não está financiado de forma adequada, o que limita a capacidade de destacamento de forças sempre que necessário.

Em suma, verifica-se que, apesar de se reconhecer que a área da paz e segurança é muito complexa e com múltiplos desafios, se torna **difícil manter um equilíbrio entre expectativas e resultados**, uma vez que continua a existir um hiato entre aquilo que se pretende atingir em tão curto espaço de tempo e aquilo que realmente é possível alcançar, tendo em conta o contexto e as capacidades disponíveis.

É necessário, ainda, ter em conta que a complexidade dos conflitos e dos desafios de segurança que se colocam ao continente africano - tais como o terrorismo, o crime organizado e outros problemas transnacionais - requerem **abordagens holísticas e multidimensionais**, com a participação de diversos intervenientes, internos e externos. Exige-se, nomeadamente uma maior coerência e coordenação concreta entre a Estratégia Conjunta e outros actores/iniciativas internacionais - particularmente o sistema das **Nações Unidas** - para que a resposta a desafios comuns de paz e segurança possa ser reforçada. A Estratégia conjunta poderia assumir-se como instrumento de coordenação entre africanos e europeus naquele órgão global e contribuir para inserir a questão do relacionamento entre a ONU e a UA no seio do próprio Conselho de Segurança.

Relativamente a outros actores, um dos aspectos que previsivelmente terá maior relevância no futuro será o interface com outros **doadores emergentes**, cujo relacionamento com África tem registado, nos últimos anos, um crescimento exponencial. É o caso da China, da Índia, ou do Brasil. A UE deverá adaptar-se às novas circunstâncias da actual era global, pelo que as possibilidades de partilha de informação, coordenação e cooperação com outros actores que estão envolvidos nas mesmas temáticas devem ser identificadas e promovidas.

### 3. Perspectivas Europeias e Africanas

Os **princípios** do relacionamento UE-África são amplamente partilhados entre os dois continentes, pelo menos ao nível conceptual: parceria entre iguais, diálogo e cooperação, apropriação (*ownership*), sustentabilidade, solidariedade, respeito pela democracia e direitos humanos, co-responsabilização e *accountability* mútua são princípios gerais facilmente endossáveis pelas partes.

No entanto, para além de alguns destes princípios poderem não serem respeitados integralmente, existe ainda um outro desafio, que decorre da existência de perspectivas diferenciadas sobre o conteúdo dos mesmos. Os mais controversos são os que dizem respeito à “parceria entre iguais”, relacionado com a necessidade de responsabilização mútua. A assimetria entre a UE e a UA em termos de recursos e capacidades resulta, inevitavelmente, numa tendência da UE para se assumir enquanto “parceiro dominante” da parceria, o que suscita reacções negativas da parte africana. Enquanto o Comité Político e de Segurança da UE pode determinar e definir em que medida irá cooperar e apoiar a UA, a UA permanece refém das suas capacidades limitadas, pelo que nem

---

<sup>10</sup> A primeira Comissão da CUA é a “Comissão de Paz e Segurança”, que tem por missão constituir-se no órgão de aconselhamento e acompanhamento das políticas no âmbito da segurança e defesa continental. Já o Conselho de Paz e Segurança, criado em 2004, assume um papel integrador e coordenador das actividades desenvolvidas pelas organizações sub-regionais, estando mandatado para intervir, se necessário, nos Estados Membros em prol da manutenção da paz e da segurança regional e continental.

<sup>11</sup> O “Fundo Especial para a Paz” da União Africana é alimentado pelo orçamento regular da UA, por contribuições voluntárias dos seus Estados-Membros e por outras contribuições africanas e externas, nomeadamente da UE e dos seus Estados-Membros.

sempre assume a liderança na definição de requisitos internos, prioridades e políticas, ou corresponde às expectativas da UE em tempo útil.

Ao nível dos **interesses**, é também fácil identificar interesses gerais comuns, como a paz e estabilização do continente africano, ou a prevenção de conflitos. No entanto, estes são influenciados por preocupações internas de segurança de cada uma das partes. Por exemplo, no caso europeu, muitas questões são introduzidas de acordo com os interesses da UE, nomeadamente preocupações internas de segurança (como as migrações, a energia, o tráfico de droga ou a segurança marítima). Também no seio das duas partes há divergências de interesses importantes, entre os Estados Membros da UE e da UA, o que prejudica a adopção de posições multilaterais mais fortes (ver pontos seguintes).

Importa ainda analisar as **expectativas** existentes. A União Africana espera que a UE se envolva de forma efectiva na resposta aos desafios de paz e segurança no continente, mas segundo os termos, necessidade e posições definidas pela UA. Isto significa o máximo de apoio incondicional, com o mínimo de interferência nos assuntos internos. No entanto, muitas vezes a falta de capacidade ou a impossibilidade de gerar posições comuns por parte dos Estados africanos - nomeadamente sobre como os actores externos podem apoiar as suas posições - gera um vazio que facilmente é preenchido por esses intervenientes externos, pelas suas prioridades e interesses. A UA espera igualmente poder ultrapassar o estatuto de “parceiro receptor” e envolver-se como parceiro válido na discussão de desafios globais e dos próprios desafios de segurança europeus; no entanto, verifica-se que não existe uma igualdade em termos de voz e opinião, uma vez que as prioridades são, muitas vezes, definidas por quem detém o poder financeiro. Por seu lado, a UE espera influenciar positivamente as questões de segurança em África com o mínimo de riscos e custos. Espera também que a UA contribua para as questões globais de segurança tais como definidas na Estratégia Conjunta e não manifeste uma posição passiva, de mera reacção às propostas europeias ou de receptor de ajuda financeira. No entanto, a maioria das prioridades definidas na Estratégia Conjunta, ou pelo menos as que têm registado mais avanços, são aquelas que dizem respeito às questões especificamente africanas.

#### 4. Dois anos de implementação: Quais os pontos fracos a equacionar nesta parceria?

Em termos estruturais, existem vários desafios importantes a equacionar na Parceria sobre Paz e Segurança:

- a) É necessário **ultrapassar os pré-conceitos derivados da história do relacionamento entre os dois continentes**, que frequentemente prejudicam o diálogo. A UE é, por vezes, encarada pela parte africana como tentando impor o seu ponto de vista e fazer valer os interesses através de uma “*hidden agenda*”, enquanto a UA é percebida pela UE como a parte receptora, interessada nos montantes financeiros que poderão advir do relacionamento com a Europa.
- b) Seria útil **avançar para um nível de diálogo mais político**. Verifica-se que a maior parte das questões ligadas à segurança são debatidas fora do quadro da Estratégia Conjunta, enquanto a discussão nesse quadro permanece muito centrada em aspectos técnicos. Ou seja, não são levantadas as questões mais políticas, como p.ex. a sustentabilidade do financiamento: quais as opções após o término da Africa Peace Facility?, como implementar o princípio, reconhecido pelas partes, de que o fardo financeiro deve ser partilhado por ambas?
- c) A Estratégia Conjunta preconiza, nesta parceria, um **conceito demasiado estreito de segurança**, tratando-a como um aspecto independente de outros elementos centrais aos

conflitos - como as relações de poder, as questões da governação, entre outras. Estas questões devem ser incluídas no diálogo entre as partes. Para além disso, assistimos a uma tendência crescente de tentar equilibrar a democracia com a estabilidade, o que exige por parte dos actores externos uma maior “accountability” e implica a realização de escolhas políticas; ou seja, não poderá ser tratado ao nível das burocracias técnicas, sob pena de não existir uma efectiva prevenção de conflitos.

- d) Não existe, ainda, um **consenso ou posição partilhada sobre os desafios de segurança em África**, o que gera tensões e falhas de entendimento entre as partes. P.ex, a UE pretende debater as migrações como uma questão de segurança porque essa é a preocupação europeia, enquanto África encara o mesmo tema numa perspectiva mais social, das questões da integração e do desenvolvimento económico. Estas divergências de perspectiva são ainda mais complexas se tivermos em conta o frágil equilíbrio entre os interesses dos Estados Membros face às posições multilaterais, tanto do lado africano como europeu. A difícil dicotomia entre o bilateral e o multilateral pode ser ilustrada pelas posições relativamente ao caso do Zimbabué ou à recente constituição como arguido do Presidente sudanês Al-Bashir por parte do Tribunal Penal Internacional (TPI).
- e) A perspectiva preconizada pela parceria está ainda centrada em medidas reactivas, **pelo que é necessário reforçar o diálogo e os esforços de prevenção de conflitos**, segundo uma abordagem multidimensional do conceito de segurança (incluindo as várias vertentes da segurança humana).
- f) Se a dificuldade em tornar esta Estratégia num instrumento apropriado pelos cidadãos europeus e africanos constitui um dos pontos fracos da sua implementação até à data, as tentativas de **envolvimento da sociedade civil** são ainda mais complicadas no campo da paz e segurança, devido à falta de tradição de participação destas organizações nestas temáticas. Este elemento é reforçado pela relutância que alguns Estados africanos em subscrever um apoio externo para reforço das sociedades civis africanas, por razões de política interna. A experiência destas organizações em situações de conflito e os seus conhecimentos de terreno não estão, assim, a ser devidamente aproveitados no âmbito da Parceria.

## 5. Principais constrangimentos e dificuldades operacionais

*Da parte europeia*, as principais dificuldades identificadas são as seguintes:

- Em termos institucionais e financeiros, a abordagem europeia desenrola-se num **quadro bastante complexo e fragmentado**, caracterizado por várias instâncias de diálogo, um vasto leque de actores envolvidos, vários acordos de cooperação e compartimentalização geográfica. Isto não favorece o tratamento de África como um continente uno, nem promove uma fácil compreensão das dinâmicas europeias por parte dos africanos. A **falta de informação** sobre o funcionamento da UE gera dificuldades de entendimento e dificulta a construção da confiança entre as partes. O tratamento de África como um todo não significa, porém, que não se deva ter em conta os diferentes níveis de desenvolvimento, os vários regimes políticos e situações de conflito, o que deve suscitar uma certa flexibilidade e adaptação das respostas. Manter este equilíbrio é algo difícil e complexo para a UE.
- A **dicotomia entre o bilateral e o multilateral** continua a condicionar os esforços da UE no apoio à paz e segurança em África. A capacidade de coordenação europeia e a vontade política dos Estados Membros são factores determinantes para que possam actuar em conjunto na

resposta às questões de segurança; no entanto, é frequente que isto não seja conseguido dada a preponderância e variedade de interesses geo-estratégicos e políticos dos Estados europeus em África (principalmente França, Reino Unido, Espanha, Itália). As dificuldades da UE enquanto actor político transparecem frequentemente na sua actuação externa através da inconsistência e incoerência nas posições europeias, ou através de uma inércia que prejudica a resposta a situações de conflito e/ou pós-conflito (veja-se o caso do Sudão).

- O apoio europeu desenrola-se principalmente ao nível do reforço de capacidades institucionais da UA e ao nível das capacidades militares para as operações de paz (com apoio financeiro e iniciativas de formação/treino), não existindo uma abordagem que equacione as causas profundas dos conflitos e questões de base como a desestruturação do Estado. Não existe vontade política dos Estados membros da UE para se envolverem directamente nesse tipo de questões em Estados como a Somália ou o Sudão, preconizando antes uma **abordagem superficial e militarizada da segurança**, que não vai de encontro às necessidades e expectativas de África. O enfoque no treino e equipamento dos militares pode até ser contraproducente se não forem tomadas em consideração outras dimensões, uma vez que a instituição militar têm contribuído, em vários Estados africanos, para o agravamento de conflitos no quadro de processos eleitorais ou pós-eleitorais. A importância da **dimensão civil** da resposta aos conflitos, bem como da **prevenção dos conflitos**, são aspectos que só agora começam a ser desenvolvidos no diálogo entre as partes.
- A UE está a braços com os seus próprios problemas securitários e a dimensão da segurança é algo que está **em construção no seio do processo de integração europeia**. Sendo uma área complexa, em que muitas vezes só é possível através da experimentação ("**learning by doing**") a UE e mesmo a NATO têm lutado com problemas graves nas suas intervenções - como o Kosovo ou o Afeganistão bem ilustram - pelo que é errado assumir uma posição de veicular ensinamentos ou de considerar que se tem mais experiência do que a outra parte. Com efeito, espera-se que a UA formule rapidamente políticas e respostas para os seus problemas internos de segurança, quando a UE se debate com dilemas e dificuldades similares.

*Da parte africana*, salientam-se outras dificuldades que devem ser equacionadas:

- **Não existe uma visão africana e uma perspectiva partilhada do que deve ser a agenda de Paz e Segurança e quais as prioridades ao nível continental e regional**. Este facto origina uma discrepância entre a agenda liderada pela CUA para implementação da APSA e as percepções sobre os desafios de paz e segurança no terreno. Os países africanos mobilizam-se de forma ad-hoc em torno de questões específicas - como p.ex. no caso da localização do Comando dos Estados Unidos para África (AFRICOM) - mas não foi, ainda, debatido e construído um consenso interno sobre os **princípios e parâmetros comuns que devem regular as parcerias com parceiros externos**, sejam eles a UE, a China, ou os EUA. O estabelecimento de prioridades e perspectivas partilhadas pelos actores africanos poderia ser útil para guiar os actores externos e assegurar uma maior coerência entre as várias parcerias, mas terá de ser um processo desencadeado e conduzido pelos próprios africanos. Actualmente, está a ser formada, no seio da UA, uma equipa dedicada às várias parcerias externas, o que pode constituir uma primeira tentativa de coordenação.
- À semelhança do que acontece na parte europeia, a **coerência interna** é também uma dificuldade do lado africano, particularmente pelas divergências entre a percepção da UA e dos Estados. Apesar de a APSA estar a avançar no sentido de se constituir, teoricamente, como um objectivo supranacional e de existirem várias propostas de utilização dos orçamentos militares dos Estados africanos para a APSA, a realidade é que as prioridades internas dos Estados tornam difícil avançar para esse novo nível. Um exemplo paradigmático diz respeito aos sistemas de

alerta precoce (*early warning*), uma vez que alguns Estados demonstram relutância em aceitar o envolvimento de organizações regionais em questões de segurança interna e de *intelligence*, como ilustram as limitações do IGAD nesta matéria. Em suma, para vários Estados africanos, não está ainda claro quais as vantagens de reforçarem o seu envolvimento num quadro continental de paz e segurança. Estes factores resultam num rompimento regular da coerência interna nas posições africanas (como se verificou, p.ex., no caso da indicição do Presidente sudanês Al-Bashir, em que o Botsuana e a África do Sul contradisseram a posição da UA). Para além disso, existem tensões institucionais no seio da própria UA, uma vez que o Conselho de Paz e Segurança tenta preservar a sua independência, enquanto a CUA tem um papel preponderante na definição da agenda de paz e segurança continental.

- Verificam-se questões muito importantes de **capacidade**, uma vez que **a estrutura existente não corresponde às reais necessidades**. É necessário encarar os desafios com realismo e à luz do contexto institucional da UA, que é caracterizado por grande falta de recursos humanos (número insuficiente, centralização, existência de consultores de curto-prazo que não favorecem a memória institucional nem a transferência real de conhecimentos) e por constrangimentos administrativos. Este factor determina, em parte, que falhe um envolvimento efectivo e participação alargada por parte dos *stakeholders* africanos nos esquemas de diálogo com a UE, o que levanta igualmente questões sobre a adequação do formato destas reuniões (p.ex. os JEG). Não podemos, no entanto, esquecer que a UA é uma organização recente, que desde 2002 preconizou já uma alteração substancial na forma como África responde aos seus problemas e desafios ao nível continental. Ao nível europeu, as **grandes expectativas** criadas pelo nascimento da UA originam pressões para que se tomem decisões, em grande quantidade e de forma rápida, correndo o risco de sobrecarregar as capacidades, já limitadas, da própria UA. Existe, assim, um dilema entre a necessidade de implementar as acções prioritárias da Estratégia Conjunta e avançar em termos de políticas e decisões, por um lado, e assegurar que é respeitado o tempo necessário para reforçar de forma sustentada a estrutura e experiência interna da UA, por outro.
- Verificam-se dificuldades ligadas aos **processos de integração regional em África** e à **relação, nem sempre pacífica, entre o nível continental e as Organizações Sub-Regionais**. O apoio da UE foi facilitado pela assinatura de um Memorando de entendimento entre a UA e os mecanismos regionais, mas essa relação continua a desenrolar-se, frequentemente, segundo um espírito de competição (nomeadamente por recursos externos). No campo da paz e segurança isto é evidente pelo facto de certas organizações regionais - como a CEDEAO - terem uma maior experiência em termos de mediação e manutenção da paz do que a UA. No entanto, a generalidade destas organizações debate-se com constrangimentos similares ao nível institucional e de falta de capacidade. A tensão entre prioridades e posições é ainda reforçada por dificuldades práticas ao nível da coordenação e sincronização de esforços no terreno, como demonstrou recentemente o exercício Amani África.
- **A estrutura actual não garante uma sustentabilidade de recursos financeiros para as questões da paz e segurança**. Tanto a UA como as Organizações Sub-Regionais são extremamente dependentes dos doadores para o seu funcionamento, ficando reféns dessa disponibilidade para a prossecução de acções de resposta a conflitos, muitas vezes urgentes. Apesar de ter sido recentemente decidido um aumento da percentagem do orçamento regular da UA que é transferido para o Fundo da Paz, isso não se afigura suficiente para responder às necessidades, pelo que devem ser exploradas outras fontes de financiamento. A este propósito, o relatório Prodi levanta mais questões do que fornece respostas.

## 6. O Papel de Portugal e da CPLP

África constitui, juntamente com a integração europeia e com a aliança atlântica, um dos grandes vectores da política externa portuguesa. A acção portuguesa em África, no campo da paz e segurança, permanece quase exclusivamente **bilateral**, sendo a **cooperação técnico-militar e técnico-policial** desenvolvida com os países africanos de língua portuguesa (PALOP) uma das vertentes mais consolidada e com melhores resultados da cooperação portuguesa. Esta cooperação tem sido crucial para apoio à boa governação, ao Estado de Direito e à formação de um ambiente propício ao desenvolvimento, encarando-se a segurança como um conceito abrangente e multidimensional. Portugal deve investir nas **várias dimensões da segurança** no quadro dos programas de cooperação bilateral, segundo as suas prioridades e numa perspectiva “*conflict-sensitive*”, não podendo estar apenas limitado às solicitações dos países parceiros.

Ainda não estão, contudo, sedimentados os mecanismos para que a cooperação bilateral seja potenciada noutros níveis e se constitua como um instrumento de reforço da própria cooperação multilateral. Um dos pontos de impulso poderá ser a **Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento**, aprovada em Agosto de 2009. Esta estabelece a necessidade de “participar e acompanhar, no âmbito da UE, a implementação e o aprofundamento da Estratégia Europeia de Segurança” e de “defender a integração da temática da segurança e desenvolvimento” no âmbito da parceria sobre Paz e Segurança constante do Plano de Acção da Estratégia África-UE.

Ao nível multilateral, Portugal tem participado em várias missões da UE em África (p.ex. RDCongo, Chade) e assumido uma posição de pressão noutras iniciativas que considera essenciais para o reforço da paz e estabilidade nos países parceiros (como foi o caso da reforma do sector de segurança na Guiné-Bissau, ou mesmo as próprias Cimeiras UE-África, realizadas ambas sob presidência portuguesa da UE). Revela, porém, insuficiências em actuar nos fóruns multilaterais, nomeadamente no quadro da Estratégia Conjunta, **com a coerência, influência e empenhamento que a sua vasta experiência no continente africano poderiam fazer prever**. No quadro da multipolaridade global, que determina a emergência de novos actores no continente africano e o reforço de novas realidades políticas no eixo Bruxelas-Adis Abeba, verifica-se uma certa dificuldade de Portugal participar de forma pró-activa no delinear destas novas bases de influência.

Esta é, assim, uma oportunidade de levantar a questão da **coerência da acção externa de Portugal** em termos de paz e segurança. Neste quadro, seria importante reforçar a coordenação interna, quer ao nível da sede - por via de uma coordenação intergovernamental mais estreita e de uma programação integrada - quer no terreno, com a mobilização e articulação das Embaixadas no continente africano. Seria igualmente útil definir **prioridades realistas e objectivas**, de acordo com as capacidades portuguesas, à luz das recentes alterações no ambiente estratégico de segurança e defesa globais.

A aposta numa **estratégia bi-multilateral**, que potencie o aproveitamento de sinergias entre estas duas dimensões da actuação externa portuguesa, pode não só maximizar a influência e visibilidade da acção portuguesa enquanto veículo privilegiado da comunicação estratégica com África, como revelar-se mais eficiente até em termos económicos.

No quadro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), existem dificuldades estruturais importantes que derivam, em parte, da pertença dos seus membros a espaços regionais muito diferenciados. Este facto nem sempre permite tornar convergentes os vários interesses nestes espaços geo-estratégicos. Para além disso, a **vertente da cooperação da Defesa na CPLP** não está ainda suficientemente desenvolvida e empenhada para responder aos desafios complexos da segurança em África. No futuro, a influência crescente da comunidade lusófona no seu espaço de

inserção próprio e no seio das organizações sub-regionais africanas poderá contribuir para mudar este cenário.

Portugal poderá ter um papel indirecto importante no financiamento das operações de paz africanas com pouco investimento, ou seja, **ajudando ao financiamento e formação de forças militares dos países africanos da CPLP** para integrarem a Força de Alerta Africana ou para participarem em missões de paz em território africano. Isto passa, nomeadamente, por acelerar a implementação do **Programa de apoio às Missões de Paz em África (PAMPA)**, o qual engloba três eixos de actuação: (i) a capacitação institucional no âmbito da Segurança e Defesa, (ii) a formação de militares dos países africanos e (iii) a cooperação com organizações regionais e sub-regionais africanas, aos quais se junta um 4º vector relacionado com a mobilização da agenda africana nas políticas e estratégias das organizações de Segurança e Defesa (em particular a NATO e a UE). Passa, igualmente, por desenvolver o Centro de Formação de Formadores da CPLP (já certificado), como centro de excelência para as operações de paz e de apoio à paz. Esta é uma das mais-valias que a CPLP poderá oferecer aos centros de formação africanos já existentes e, assim, contribuir significativamente para o reforço da Força de Alerta Africana (*African Standby Force - ASF*).

A “multilateralização” das várias cooperações bilaterais dos países CPLP, no campo da paz e segurança, é ainda incipiente. Este é processo muito recente, uma vez que o conceito de Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP, inseridos no âmbito do PAMPA, foi apenas aprovado em Maio de 2008<sup>12</sup>. Da mesma forma, a vinda de observadores de outros Estados africanos e de Organizações Regionais só passou a ser possível a partir de 2009, o que abre a possibilidade de exercícios militares com a presença de forças constituintes e integrantes da Arquitectura de Paz e Segurança Africana.

Outras oportunidades são ainda de explorar. O PAMPA poderia, por exemplo, ser apresentado à UE para procura de sinergias e complementaridades. Poderia, igualmente, ser equacionada uma integração dos exercícios militares da série “FELINO”<sup>13</sup> com outros exercícios militares de âmbito diferente (p.ex. no quadro do programa EURO-Recamp)

Em suma, Portugal tem condições para, através da sua vasta experiência na cooperação bilateral, poder reforçar, de uma forma complementar e convergente, os seus interesses com os da UE. Apesar disto, os caminhos para aprofundar o diálogo e troca de experiências sobre África com as Nações Unidas e as organizações regionais em geral, e com a União Africana e as OSR africanas em particular, permanecem ainda, em grande medida, por explorar.

## 7. Conclusões: Desafios para a UE e para África

A implementação desta Parceria é dificultada por um conjunto de contradições e constrangimentos, quer na abordagem europeia, quer na sua coordenação com outros actores e com a comunidade internacional em geral, quer ainda nas insuficiências registadas do lado africano. Nesta perspectiva, e tendo como base os pontos anteriores, é necessário que as duas partes trabalhem em conjunto em várias frentes, nomeadamente para:

- Encarar o estabelecimento de uma arquitectura de paz e segurança africana como um **objectivo de longo-prazo**. Este é um processo complexo com múltiplos componentes, que

---

<sup>12</sup> O Protocolo da CPLP no Domínio da Defesa data de 15 de Setembro de 2006. O conceito de Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP foi aprovado na X Reunião de Ministros da Defesa Nacional dos Estados-Membros da CPLP (18/05/2008, Dili) e o Projecto de Modelo dos Centros de Excelência na XI Reunião (27/05/2009, Luanda).

<sup>13</sup> Desde o primeiro exercício FELINO, realizado em 2000, pretende-se que estes exercícios se assumam como um espaço de troca de experiências entre Forças Militares da CPLP, sendo realizados numa base anual, rotativamente entre os Estados-Membros. Em 2004, foi aprovado o “Programa Integrado de Exercícios Militares Combinados da CPLP”, destinado à preparação de unidades para o desempenho de Operações de Apoio à Paz e de Ajuda Humanitária.

abrange não apenas questões técnicas e a vertente militar, mas engloba uma abordagem multifacetada e abrangente dos problemas de segurança. Isto implica, igualmente, ser **realista** sobre quais os resultados possíveis em tão curto espaço de tempo, em vez de condenar ao falhanço uma iniciativa pela sobredosagem de expectativas.

- Assegurar a existência de **liderança e vontade política** em ambas as partes, nomeadamente para conduzir um **diálogo político robusto** e abordar questões difíceis do relacionamento. Nomeadamente, importa evoluir para um diálogo que aborde problemas comuns aos dois continentes e possa ser catalizador de prioridades partilhadas e/ou posições comuns, pois só assim África reforçará o seu papel no sistema internacional e a Estratégia Conjunta se constituirá como uma verdadeira parceria (e não apenas num instrumento de ajuda a África).
- Melhorar questões de **coerência interna**, tanto da parte europeia como africana, nomeadamente no interface entre os interesses bilaterais e as posições multilaterais. Neste âmbito, é necessário assegurar que o apoio europeu é encarado como uma mais-valia e não como um factor externo que prejudica a apropriação africana ou a participação e apoio dos Estados africanos à APSA.
- Reforçar as **capacidades institucionais da UA**, numa perspectiva sustentável que garanta a apropriação interna. Isto implica não apenas apoio financeiro, mas principalmente transferência de *expertise* e *know-how*, reforço dos recursos humanos disponíveis e resolução de alguns constrangimentos administrativos internos.
- Desenvolver e consolidar a **visão e agenda africanas de paz e estabilidade** para o continente, segundo um pensamento estratégico de longo-prazo. É igualmente preciso que os africanos desenvolvam a sua capacidade de articular propostas inovadoras sobre como os actores externos podem apoiar as prioridades africanas.
- Envolver, cada vez mais, as **organizações sub-regionais** e potenciar o seu papel como instrumentos de paz e segurança em África. Isto passa, nomeadamente por definir de forma clara qual a articulação de competências entre a UA e as OSR.
- Identificar possibilidades de **partilha de informação, coordenação e cooperação com outros actores** presentes nas mesmas áreas, quer ao nível dos actores internacionais (reforço do diálogo tripartido ONU-UA-UE e procura de sinergias com actores emergentes), quer no seio da UE e da UA (aproveitamento da experiência de terreno da sociedade civil).
- Explorar **opções alternativas de financiamento**, que permitam reduzir a dependência dos doadores e fomentar uma maior sustentabilidade da Parceria Paz e Segurança. Isto porque a construção de uma parceria mais equilibrada passa, também, por mobilizar recursos internos para além dos recursos financeiros tradicionais do desenvolvimento.

### Programa

**9h30**

Abertura dos Trabalhos com a presença de Sua Excelência o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, *Prof. Doutor João Gomes Cravinho*

**9h45**

#### **O Papel da Parceria de Paz e Segurança na resposta aos desafios de segurança**

Moderador: **Fernando Jorge Cardoso**, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI), Lisboa

Apresentação: **Eleonora Koeb**, European Centre for Development Policy Management (ECDPM), Maastricht

Comentadores: **Roland Marchal**, Centre d'Études et de Recherches Internationales (CERI), Paris

**Adebayo Olukoshi**, UN African Institute for Economic Development and Planning (IDEP), Dacar

Esta sessão procurará responder às seguintes questões:

- Qual a relevância e papel da Parceria UE-África de Paz & Segurança em resposta à natureza dos actuais conflitos e desafios de segurança?
- Como reforçar uma coordenação efectiva e uma cooperação concreta entre a Parceria de Paz & Segurança e outros parceiros internacionais activos em África nesta área, particularmente as Nações Unidas?

*11h05 Lançamento do **Peace and Security Council Report**, Institute for Security Studies (ISS)*

*11h15 Pausa para Café*

**11h30**

#### **A operacionalização da Arquitectura de Paz e Segurança Africana (APSA)**

Moderador: **Fernando Jorge Cardoso**, IEEI, Lisboa

Apresentação: **Stefan Mair**, Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP), Berlim

**Tim Murithi**, Institute for Security Studies (ISS), Addis Abeba

Comentadores: **Sofia Moreira de Sousa**, Delegação da UE junto da UA, Addis Abeba

**Ernest Lartey**, Kofi Annan International Peacekeeping Training Centre, Gana

Esta sessão analisará os progressos efectuados, a lições aprendidas e as perspectivas futuras de operacionalização da APSA, centrando o debate nas seguintes questões:

- O lado Africano: Existem interesses comuns entre os Estados africanos que sejam suficientemente fortes para ultrapassarem as divergências nacionais e traduzirem-se, de forma efectiva, no plano operacional? Como assegurar uma arquitectura coerente entre os organismos continentais e as comunidades regionais? O conceito actual da Força de Alerta Africana (ASF), baseado em brigadas ligeiras móveis para intervenções curtas e dirigidas, é o mais indicado para as necessidades de segurança africanas?
- O lado Europeu: Quais os desafios ao nível da UE para apoiar de forma sustentada a APSA? Como assegurar a previsibilidade dos financiamentos? Quais os desafios para a PESC e PESD, e como reforçar a coerência entre as abordagens bilaterais e multilaterais?

*13h00 Almoço*

**14h30**

**Contributos de Portugal e da CPLP para a Parceria de Paz & Segurança**

Moderador: **Augusto Melo Correia**, Maj.General, EuroDefense-Portugal

Oradores: **Jaime Daniel Almeida**, Instituto da Defesa Nacional

**Luís Marquês Saraiva**, Instituto da Defesa Nacional

**José Costa Reis**, Ministério da Defesa Nacional

**Hélder Lucas**, Coordenador da Área Politico-Diplomática, CPLP

O debate será orientado pelas seguintes questões:

- O contributo de Portugal para a parceria Paz e Segurança: quais as mais-valias de Portugal, colaboração com outros Estados-Membros.
- Os desafios da Cooperação Técnico-Militar e Técnico-Policial e o desenvolvimento de capacidades dos PALOP africanos, nomeadamente na preparação e validação de centros de excelência de formação; compatibilidade e complementaridade ou competição entre o PAMPA e o EuroRecamp?
- Coordenação das estruturas governamentais portuguesas - que futuro para uma programação integrada?
- Desafios e oportunidades para a CPLP: os contributos da CPLP no processo de desenvolvimento de capacidades da ASF, incluindo os centros africanos de formação e sua participação nas Organizações Sub-Regionais.

*15h45 Pausa para Café*

16h00 Debate

17h30 Encerramento da Mesa Redonda

## Lista de Participantes

A Parceria de Paz e Segurança na Estratégia Conjunta África-UE: Progressos e Desafios  
Lisboa, 26 de Novembro de 2009

<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>
Adebayo Olukoshi	UN African Institute for Economic Development and Planning (IDEP), Dacar
Alexandra Magnólia Dias	Centro de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)
Ana Isabel Xavier	Presidente, DECIDE
António de Figueiredo Lopes	Presidente, Eurodefense Portugal
António Dias	Embaixador, Representação Permanente junto da CPLP
António Telo	Director, Instituto da Defesa Nacional
Augusto Ezequiel, C.Amirante	Sub-Director, Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM)
Augusto Melo Correia, M.General	Vice-Presidente, Eurodefense Portugal
Barroso, T.Coronel	Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM)
Carlos Neves Ferreira, Embaixador	Presidente, Instituto Diplomático
Carlos Oliveira	Direcção do Serviços da África Subsaariana, Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
Cláudia Ramos	SIED
Daniela Nascimento	Universidade de Coimbra
Eka Ikpe	Conflict Security and Development Group, King's College, London
Eleonora Koeb	European Centre for Development Policy Management (ECDPM), Maastricht
Ernest Lartey	Kofi Annan International Peacekeeping Training Centre, Gana
Fernando Jorge Cardoso	Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI)
Ferreira Barbosa, Almirante	Membro do Eurodefense-Portugal
Frank Van Rooyen	South Africa Institute of Internacional Affairs (SAIIA), Joanesburgo
Geert Laporte	European Centre for Development Policy Management (ECDPM), Maastricht
Graça Moura	Coordenação Geográfica Guiné-Bissau, IPAD
Hélder Lucas	Coordenador da Área Politico-Diplomática, CPLP
Inês Rosa	Vice-Presidente, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)
J. A. Mendonça, Coronel	Representação CEMGFA (Chefe Relações Internacionais DIPLAEM)
Jaime Daniel Almeida, Coronel	Instituto da Defesa Nacional
Jean Rannou, General	Presidente, EuroDefense-França
João Gabriel Barros	Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CEEI-ISRI), Maputo
Jorge Azevedo Correia	Instituto Diplomático
Jorge Rolo	Presidente, EMPORDEF

José António Cervaens Rodrigues	Eurodefense Portugal
José Augusto Costa Reis, Ten. Coronel	Ministério da Defesa Nacional
José Augusto Duarte	Direcção de Serviços da África Subsaariana, Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
José Francisco Pavia	Universidade Lusíada
Luís Bernardino, Major	Doutorando, ISCSP
Luís Castelo Branco	Coordenação Geográfica Moçambique, IPAD
Luís Leandro	Luís Leandro, Direcção de Segurança e Defesa, MNE
Luís Marquês Saraiva, Coronel	Investigador, Instituto da Defesa Nacional
Mafalda Crespo	Direcção-Geral dos Assuntos Internacionais, Ministério da Administração Interna (MAI)
Manuela Ferreira	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)
Marcus Weimer	Royal Institute of International Affairs (RIIA), Chatham House, Londres
Maria Luís Figueiredo	ex-DGPDN / Cooperação Técnico-Militar
Maria Perpétua Rocha	Eurodefense Portugal
Mariano Aguirre	Norwegian Peacebuilding Centre (NOREF), Oslo
Mateus da Silva, General	Membro do Eurodefense-Portugal
Mónica Lisboa	Direcção de Serviços da África Subsaariana, Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
Mónica Rafael	Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação
Patrícia Magalhães Ferreira	Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI)
Paula Lopes Rocha	Divisão de Assuntos Europeus, IPAD
Paula Pereira	Instituto da Defesa Nacional
Paulo Rocha Trindade	Embaixada de Portugal em Adis Abeba
Pedro Palhares, Coronel	Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM)
Renato Pinheiro, Major	Exército
Rita Faden	Directora-Geral dos Assuntos Internacionais, Ministério da Administração Interna (MAI)
Roland Marchal	Centre d'Études et de Recherches Internationales (CERI), Paris
Sofia Fernandes	Doutoranda, ISCTE
Sofia Moreira de Sousa	Delegação da UE junto da União Africana, Adis Abeba
Stefan Mair	Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP), Berlim
Tim Murithi	Institute for Security Studies (ISS), Adis Abeba
Yemane Kidane	Center for Policy Research and Dialogue (CPRD), Etiópia

## Contactos Internacionais

### Contactos dos Membros EARN participantes no Seminário:

Eka Ikpe  
Research Associate, Conflict Security and Development Group, King's College, London  
Tel: +44-20-7848-1984  
Fax: +44-20-7848-2748  
[Ekaette.ikpe@kcl.ac.uk](mailto:Ekaette.ikpe@kcl.ac.uk)  
URL: <http://www.securityanddevelopment.org/>

Eleonora Koeb  
ECDPM, Maastricht  
Maastricht Office: Tel +31 43 350 29 00  
Fax: +31 43 350 29 02  
[ek@ecdpm.org](mailto:ek@ecdpm.org)  
URL: [www.ecdpm.org](http://www.ecdpm.org)

Fernando Jorge Cardoso  
Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI)  
Tel: 351-210306700  
Fax: 351 - 217 593 983  
[fjc@ieei.pt](mailto:fjc@ieei.pt)  
URL: [www.ieei.pt](http://www.ieei.pt)

Geert Laporte  
Head of Institutional Relations, ECDPM  
Brussels Office: Tel +32-(0)2-237 43 10  
Fax +32-(0)2-237 43 19  
[gl@ecdpm.org](mailto:gl@ecdpm.org)  
URL: [www.ecdpm.org](http://www.ecdpm.org)

João Gabriel Barros  
Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (Instituto Superior de Relações Internacionais de Maputo)  
Tel: + 258-21 49 38 53; móvel PT: 966890875  
Fax: + 258-21 49 32 13  
[Joao.barros@isri.ac.mz](mailto:Joao.barros@isri.ac.mz);  
[jgbarros66@yahoo.com.br](mailto:jgbarros66@yahoo.com.br)

Marcus Weimer  
Chatham House (Royal Institute of International Affairs)  
Tel: +44 20 795 75733  
Fax: +44 20 7957 5710  
[MWeimer@chathamhouse.org.uk](mailto:MWeimer@chathamhouse.org.uk)  
URL: <http://www.chathamhouse.org.uk/>

Roland Marchal  
Research Director, Centre d'Études et de Recherches Internationales (CERI)  
Tel: +33-1-58717000  
Fax: +33-1-58717090  
[marchal@ceri-sciences-po.org](mailto:marchal@ceri-sciences-po.org)  
URL: <http://www.ceri-sciencespo.com/>

Stefan Mair  
Stiftung Wissenschaft und Politik  
Tel: +49-30-88007-0  
Fax: +49-30-88007-100  
[Stefan.Mair@swp-berlin.org](mailto:Stefan.Mair@swp-berlin.org)  
URL: <http://www.swp-berlin.org/en/>

Tim Murithi  
Institute for Security Studies, Addis Ababa  
Tel: +251-11-3721154/5/6  
Fax: +251-11-3725954  
[tmurithi@issafrica.org](mailto:tmurithi@issafrica.org)  
URL: [www.iss.co.za/](http://www.iss.co.za/)

Yemane Kidane  
Director, Center for Policy Research and Dialogue (CPRD)  
Tel: 251-11-661-4649  
Fax: 251-11-663-7674  
[yemakid@yahoo.com](mailto:yemakid@yahoo.com)  
URL: <http://www.cprdhorn.org/>

### Outros Participantes Internacionais:

Adebayo Olukoshi  
Director, UN African Institute for Economic Development and Planning (IDEP), Dakar  
[olukoshi@yahoo.com](mailto:olukoshi@yahoo.com); [a.olukoshi@unidep.org](mailto:a.olukoshi@unidep.org)  
URL: [www.unidep.org/](http://www.unidep.org/)

Ernest Larthey  
Research Associate, Kofi Annan International Peacekeeping Centre, Ghana  
[Ernest.Larthey@kaiptc.org](mailto:Ernest.Larthey@kaiptc.org)  
URL: [www.kaiptc.org/](http://www.kaiptc.org/)

Mariano Aguirre  
Director, Norwegian Peacebuilding Centre (NOREF), Oslo  
[Mariano.aguirre@peacebuilding.no](mailto:Mariano.aguirre@peacebuilding.no)  
URL: [www.peacebuilding.no/](http://www.peacebuilding.no/)

Sofia Moreira de Sousa  
Political Adviser, EU Delegation to the AU, Addis Ababa  
Tel: +251.11.416 37 00  
Fax: +251-11-416 37 03  
[sofia.moreira-de-sousa@ec.europa.eu](mailto:sofia.moreira-de-sousa@ec.europa.eu)

## Documentos Disponíveis

### Apresentações & Papers:

[Intervenção de Sua Excelência o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Prof.Doutor João Gomes Cravinho](#)

[The Partnership on Peace and Security: The Operationalisation of the African Peace and Security Architecture](#)

Stefan Mair, Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP), Berlin  
Tim Murithi, Institute for Security Studies (ISS), Addis Ababa

[African Peace and Security Architecture \(APSA\), the Nature and Consequences of EU Support](#)

Henrike Hohmeister, Eleonora Koeb, and Andrew Sherriff, *ECDPM, Maastricht*

[Dois anos da Estratégia África-UE:](#)

[A evolução da Parceria Paz e Segurança e o acompanhamento português](#)

Luís Saraiva, Investigador IDN

[Que contributos de Portugal e da CPLP para a Arquitectura de Paz e Segurança Africana?](#)

Luís Bernardino, Doutorando ISCSP

### Outros documentos

[Evolving Roadmap of the Peace and Security Partnership](#)

October 2009

[Assessment Report of the Implementation of the Joint Africa-EU Strategy](#)

October 2009

[LINK! 3 - Dossier Peace and Security](#)

Newsletter of the EU Delegation to the African Union, October 2009

[The EU and the African Peace and Security Architecture](#)

Roger Middleton, RIIA

Paper published in [Global Challenges and Europe-Africa Relations: One Year after the Joint Strategy](#), “Estratégia” nº 26-27, IEI, January 2009